



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 101/2011

Súmula: Declara de utilidade pública a Sociedade dos Amigos Benéficos da Infância e do Adolescente - SABIÁ, com sede e foro no Município de Imbituva.

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Sociedade dos Amigos Benéficos da Infância e do Adolescente - SABIÁ, com sede e foro no Município de Imbituva.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 17 de maio de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 177/2011

Súmula: Institui o “Dia de Combate as Drogas”.

Art. 1º - Fica instituído, no calendário oficial do Estado do Paraná, o “Dia de Combate as Drogas”, a ser celebrado, anualmente, no dia 26 de junho.

Parágrafo único – No ensejo da celebração de que trata esta lei, deverão ser realizadas na rede pública de ensino palestras e programas de conscientização, priorizando ampla discussão a respeito dos malefícios do uso das drogas lícitas e ilícitas para a juventude e para a população do nosso Estado.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2011.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 205/2011

Súmula: Declara de utilidade pública a Organização Não Governamental ESPAÇO MULHER.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Organização Não Governamental ESPAÇO MULHER, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 231/2011

Súmula: Declara de utilidade pública o Sistema de Apoio à Saúde São Rafael.

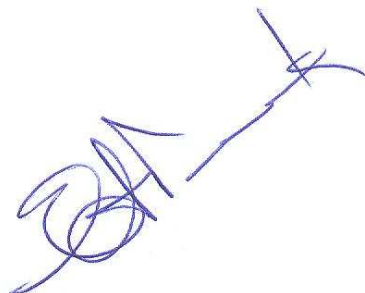
Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Sistema de Apoio à Saúde São Rafael, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de maio de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR





TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 408/11

Ementa: Reajusta, conforme especifica, os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro Efetivo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria e ao 1º Grau de Jurisdição e os valores dos vencimentos básicos dos cargos de provimento em comissão, a partir de 1º de maio de 2011, e adota outras providências.

Art. 1.º Os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro Efetivo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria e ao 1º Grau de Jurisdição, constantes no Anexo III, Tabelas 1, 2, 3 e 4, Anexo VIII, Tabelas 1, 2, 3 e 4 e Anexo IX da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, ficam reajustados no percentual de 6,5% (seis vírgula cinco por cento), a partir de 1º de maio de 2011, de conformidade com a Tabela de Níveis de Vencimentos constante do Anexo I desta Lei.

§ 1.º O reajuste de 6,5% (seis vírgula cinco por cento) corresponde à reposição inflacionária medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, no período de 1.º de maio de 2010 a 30 de abril de 2011, em observância à data de revisão instituída no art. 5.º da Lei Estadual nº 16.165, de 06 de julho de 2009, e em atendimento ao disposto no inciso X, do art. 27 da Constituição Estadual.

§ 2.º Ficam reajustados, no mesmo percentual e a partir da mesma data constante do *caput* deste artigo, os proventos de aposentadoria e os benefícios de pensão dos servidores do Quadro Efetivo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, concedidos com fundamento no art. 40 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 2º da mesma Emenda Constitucional, regulamentados pela Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

§ 3.º Ficam reajustados, no mesmo percentual e a partir da mesma data constante do *caput* deste artigo, os valores correspondentes à Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI, conforme disposto nos art. 22 e 24 da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010.

Art. 2.º Ficam reajustados no mesmo percentual e a partir da mesma data constante do *caput* do art. 1º os vencimentos básicos dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário constantes no Anexo I da Lei Estadual nº 16.023, de 19 de dezembro de 2008, e alterados pelo Anexo I da Lei Estadual nº 16.745, de 29 de dezembro de 2010, de conformidade com a Tabela de Níveis de Vencimentos constante do Anexo II desta Lei.

Art. 3.º Os vencimentos básicos dos cargos de provimento em comissão, do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, ficam reajustados no percentual de 6,5% (seis vírgula cinco por cento) conforme valores das Tabelas de Cargos em Comissão do Tribunal de Justiça constantes do Anexo III.

Art. 4.º Ficam reajustados no mesmo percentual e a partir da mesma data constante do *caput* do art. 1º os proventos de aposentadoria e os benefícios de pensão dos servidores pertencentes aos Quadros do Foro Judicial que permanecem regidos pela Lei Estadual nº 11.719, de 12 de maio de 1997, de conformidade com a Tabela de Níveis de Vencimentos constante do Anexo IV desta Lei.

Art. 5.º A implementação em folha de pagamento, do reajuste constante da presente Lei, fica condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira e às disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 6.º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário, pelo orçamento do Fundo da Justiça ou pela PARANAPREVIDÊNCIA, quando couber.

Art. 7.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2011.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TABELA DE NÍVEIS DE VENCIMENTOS - EM REAIS

ANEXO I

(Altera o Anexo III, Tabelas 1, 2, 3 e 4, Anexo VIII, Tabelas 1, 2, 3 e 4 e Anexo IX da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010)

ANEXO III

Quadro de Pessoal da Secretaria do tribunal de Justiça
Enquadramento e Tabela de Vencimento

TABELA 1

GRUPO ESPECIAL SUPERIOR (ESP)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
ESP-1	6.070,52
ESP-2	6.252,63
ESP-3	6.440,22
ESP-4	6.633,42
ESP-5	6.832,43
ESP-6	7.037,40
ESP-7	7.248,52
ESP-8	7.465,98
ESP-9	7.689,96

X



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TABELA 2

GRUPO SUPERIOR DE APOIO ESPECIALIZADO (SAE)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
SAE-1	4.106,99
SAE-2	4.312,33
SAE-3	4.527,95
SAE-4	4.754,35
SAE-5	4.992,07
SAE-6	5.241,67
SAE-7	5.503,74
SAE-8	5.778,94
SAE-9	6.070,52

TABELA 3

GRUPO INTERMEDIÁRIO DE APOIO ADMINISTRATIVO (IAD)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
IAD-1	3.675,27
IAD-2	3.859,03
IAD-3	4.051,98
IAD-4	4.254,58
IAD-5	4.467,31
IAD-6	4.690,68
IAD-7	4.925,22
IAD-8	5.171,48
IAD-9	5.430,05

X

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TABELA 4

GRUPO BÁSICO (BAS)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
BAS-1	2.039,97
BAS-2	2.152,17
BAS-3	2.270,54
BAS-4	2.395,41
BAS-5	2.527,17
BAS-6	2.666,16
BAS-7	2.812,80
BAS-8	2.967,50
BAS-9	3.130,72

ANEXO VIII

Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição
Parte Suplementar
Enquadramento e Tabela de Vencimento

TABELA 1

GRUPO OCUPACIONAL DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA (SEJR)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
SEJ-1	5.112,44
SEJ-2	5.368,06
SEJ-3	5.636,46
SEJ-4	5.918,29
SEJ-5	6.214,20
SEJ-6	6.524,91
SEJ-7	6.851,15
SEJ-8	7.193,71
SEJ-9	7.553,39



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TABELA 2

GRUPO OCUPACIONAL DE APOIO ESPECIALIZADO (AES)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
AES-1	4.690,68
AES-2	4.925,22
AES-3	5.171,48
AES-4	5.430,05
AES-5	5.701,55
AES-6	5.986,63
AES-7	6.285,96
AES-8	6.600,26
AES-9	6.930,27

TABELA 3

GRUPO OCUPACIONAL DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA (AUJ)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
AUJ-1	3.675,27
AUJ-2	3.859,03
AUJ-3	4.051,99
AUJ-4	4.254,58
AUJ-5	4.467,31
AUJ-6	4.690,68
AUJ-7	4.925,22
AUJ-8	5.171,48
AUJ-9	5.430,05

X



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TABELA 4

GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO (BAS)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
AOB-1	2.039,97
AOB-2	2.152,17
AOB-3	2.270,54
AOB-4	2.395,41
AOB-5	2.527,17
AOB-6	2.666,16
AOB-7	2.812,80
AOB-8	2.967,50
AOB-9	3.130,72

ANEXO IX

Escrivães das Varas de Família e das Varas de registros Públicos e Anexos

Enquadramento e Tabela de Vencimento

NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
FRA-1	2.553,80
FRA-2	2.681,49
FRA-3	2.815,57
FRA-4	2.956,35
FRA-5	3.104,17
FRA-6	3.259,37
FRA-7	3.422,34
FRA-8	3.593,45
FRA-9	3.773,13



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO II

(Altera o ANEXO I, Tabelas 1 e 2 da Lei Estadual nº 16.745, de 29 de dezembro de 2010)

Anexo I

Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição
Parte Permanente
Enquadramento e Tabela de Vencimento

TABELA 1

GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR (SUP)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
SUP-1	2.995,81
SUP-2	3.145,60
SUP-3	3.302,88
SUP-4	3.468,02
SUP-5	3.641,42
SUP-6	3.823,49
SUP-7	4.014,67
SUP-8	4.215,40
SUP-9	4.426,18



TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TABELA 2

GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO (INT)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
INT-1	2.041,82
INT-2	2.143,91
INT-3	2.251,12
INT-4	2.363,67
INT-5	2.481,85
INT-6	2.605,94
INT-7	2.736,25
INT-8	2.873,06
INT-9	3.016,70

[Assinatura]



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO III

CARGOS EM COMISSÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TABELA 1

CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR	
SÍMBOLO	R\$
DAS-1	620,94
DAS-2	548,03
DAS-3	510,76
DAS-4	436,74
DAS-5	399,43

TABELA 2

CARGOS EM COMISSÃO	
SÍMBOLO	R\$
1-C	257,80
2-C	238,08
3-C	219,77
4-C	203,00
5-C	190,82
6-C	179,36

X



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO IV

TABELA DE NÍVEIS DE VENCIMENTOS

NÍVEIS DE VENCIMENTO						
ORDEM	A	B	C	D	E	F
1	1.359,99	1.753,33	2.245,92	2.831,90	4.186,16	5.400,79
2	1.391,78	1.793,67	2.291,73	2.898,22	4.284,30	5.527,33
3	1.424,38	1.834,92	2.338,49	2.966,13	4.384,66	5.656,83
4	1.457,70	1.877,13	2.393,19	3.035,61	4.487,37	5.789,39
5	1.491,83	1.920,31	2.449,20	3.106,75	4.592,51	5.925,04
6	1.526,72	1.964,45	2.506,50	3.179,54	4.700,12	6.063,85
7	1.562,46	2.009,64	2.565,15	3.254,04	4.810,25	6.205,92
8	1.599,04	2.055,86	2.625,18	3.330,27	4.922,93	6.351,68
9	1.636,43	2.103,14	2.686,62	3.408,28	5.038,31	6.500,13
10	1.674,72	2.151,51	2.749,47	3.488,18	5.156,36	
11	1.713,92	2.200,99	2.813,83	3.569,93	5.277,16	



TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei dispõe sobre o reajuste correspondente à reposição inflacionária de 6,5% (seis vírgula cinco por cento), constituído pela variação percentual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, no período de 1.º de maio de 2010 a 30 de abril de 2011, incidente, a partir de 1º de maio de 2011.

A proposta prevê o reajuste dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro Efetivo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria e ao 1º Grau de Jurisdição, nele compreendido o Foro Judicial e os Juizados Especiais, e sobre os vencimentos básicos dos cargos de provimento em comissão, de conformidade com as tabelas constantes do Anexo I, II e III do presente Anteprojeto de Lei.

A tabela de vencimentos básicos de que trata o Anexo I deste Anteprojeto, substitui àquela constante do Anexo III, Tabelas 1, 2, 3 e 4, Anexo VIII, Tabelas 1, 2, 3 e 4 e Anexo IX da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, refletindo a política de manutenção do poder aquisitivo dos vencimentos básicos dos servidores, mediante a reposição das perdas inflacionárias ocorridas no período de 1º de maio de 2010 a 30 de abril de 2011, atendendo-se, por conseguinte, aos preceitos contidos no art. 27, inciso X, da Constituição Estadual.

Por se tratar de mera reposição inflacionária, e em obediência ao art. 24 da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, o § 3º do art. 1º do Anteprojeto de Lei autoriza a incidência do mesmo índice de reajuste sobre os valores correspondentes à Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI, instituída nos termos do art. 22 da mesma lei.

Incidirá também o reajuste de 6,5% (seis vírgula cinco por cento) sobre os vencimentos básicos dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário constantes no Anexo I da Lei Estadual nº 16.023, de 19 de dezembro de 2008, e alterados pelo Anexo I da Lei Estadual nº 16.745, de 29 de dezembro de 2010, conforme níveis de vencimentos estabelecidos no Anexo II do presente Anteprojeto de Lei.

De igual modo, está se fazendo a necessária atualização nas tabelas de vencimento básico dos cargos de provimento em comissão, do quadro



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

de servidores do Poder Judiciário, pois o Anexo III deste Anteprojeto de Lei reajusta em 6,5% (seis vírgula cinco por cento) os valores constantes das Tabelas do Anexo II, da Lei Estadual nº 16.542, de 30 de junho de 2010.

O art. 4º da proposição determina, no que couber, o reajuste dos proventos de aposentadorias e pensões dos servidores pertencentes aos Quadros do Foro Judicial que permanecem regidos pela Lei Estadual nº 11.719, de 12 de maio de 1997, conforme níveis de vencimentos estabelecidos no Anexo IV.

O período de reajuste correspondente à reposição inflacionária, de 1º de maio de 2010 a 30 de abril de 2011, é resultado da determinação contida no o art. 5º da Lei Estadual nº 16.165, de 06 de julho de 2009, que instituiu a data de 1º de maio de cada ano, a partir do exercício financeiro de 2010, como data para revisão geral anual estabelecida no inciso X do art. 27 da Constituição Estadual.

Importante registrar que, por ocasião da elaboração do anteprojeto de lei do novo plano de cargos e salários deste Poder Judiciário, posteriormente consubstanciado na Lei Estadual nº 16.748/2010, não houve qualquer inclusão, nas tabelas de vencimentos, de percentuais ou valores visando a atualização de salários em decorrência da inflação ocorrida no período ora considerado.

O impacto orçamentário-financeiro da presente proposta corresponde a um acréscimo mensal de R\$ 2.420.256,00 (dois milhões quatrocentos e vinte mil duzentos e cinquenta e seis reais), sendo R\$ 2.370.598,00 (dois milhões trezentos e setenta mil quinhentos e noventa e oito reais) suportado pelo orçamento do Tribunal de Justiça e R\$ 49.658,00 (quarenta e nove mil seiscentos e cinquenta e oito reais) suportado pelo orçamento do FUNJUS.

Com o presente reajuste, a despesa anual com pessoal será de R\$ 703.426.432,00 (setecentos e três milhões quatrocentos e vinte e seis mil quatrocentos e trinta e dois reais) para o exercício de 2011, R\$ 763.996.946,00 (setecentos e sessenta e três milhões novecentos e noventa e seis mil novecentos e quarenta e seis reais) para o exercício de 2012 e de R\$ 805.225.704,00 (oitocentos e cinco milhões duzentos e vinte e cinco mil setecentos e quatro reais) para o exercício de 2013, nos termos da Informação n.º 55/2011, datada de 12 de maio de 2011, do Departamento Econômico e Financeiro, que, em seu item II, menciona a "existência de

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

saldo orçamentário suficiente para atender a presente solicitação na fonte 100 – ordinário não vinculado”.

Em conformidade com o Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2010, a Despesa Total com Pessoal do Tribunal de Justiça, em dezembro de 2010, representou 3,19% (três vírgula dezenove por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual, portanto, significativamente abaixo do limite prudencial definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (5,7% cf. art. 22, parágrafo único).

A presente proposta de Anteprojeto de Lei foi aprovada pelo egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça na Sessão Extraordinária realizada em 13 de maio de 2011.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa, de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual (Lei Estadual nº 16.739/10) e compatibilidade com o Plano Plurianual 2008 – 2011 (Lei Estadual nº 15.757/07).

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no final do texto.



ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Curitiba, 16 de maio de 2011.
Ofício nº 643/2011-GP

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual VALDIR LUIZ ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital.

Senhor Presidente:



Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o reajuste de 6,5% (seis vírgula cinco por cento), incidente sobre os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro de Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria e ao 1º Grau de Jurisdição e sobre os vencimentos básicos dos cargos de provimento em comissão, na forma das tabelas constantes dos Anexos I, II, III e IV.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, encaminho, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.


MIGUEL KFOURI NETO
Presidente



REQUERIMENTO

APROVADO

À Diretoria Legislativa.

Em, 18 MAIO 2011

1º Secretário


Requer "Regime de Urgência" para a votação do Projeto de Lei 408/11 oriundo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

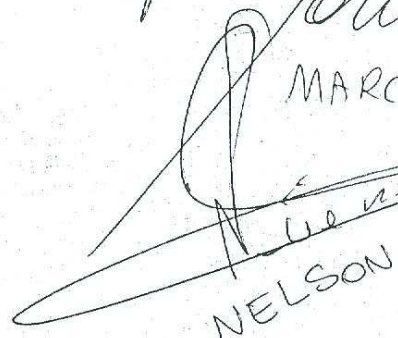
O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, requer, após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação do Projeto de Lei 408/11, oriundo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 2011.


Ademar Traiano

Deputado Ademar Traiano
Líder do Governo


MARCELO RANGEL


NELSON LUERSEN


GILSON DE SOUZA



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa

PROJETO DE LEI Nº **414/11**

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 17 MAIO 2011

Ruy
1º Secretário

- **Súmula:** Concede Reajuste Geral às remunerações, proventos e pensões dos servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica concedido aos integrantes do Quadro de Servidores Efetivos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná o Reajuste Geral Anual de 6,5% (seis vírgula cinco por cento), incidente sobre os vencimentos básicos.

Parágrafo Único O reajuste de que trata este artigo é estendido aos servidores inativos e aos pensionistas, cujo benefício seja oriundo da relação de dependência com servidor segurado que fora vinculado ao quadro de servidores efetivos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 2º A implementação ^{LEI (vale a assinatura)} em folha de pagamento, do reajuste de que trata esta ~~lei~~, fica condicionada às disponibilidades orçamentárias e financeiras da Assembleia Legislativa, devendo as despesas decorrentes, correrem à conta de dotação orçamentária própria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Sessões, em

Valdir Rossoni
VALDIR ROSSONI
Deputado

Plauto Miró Guimarães
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
Deputado

Reni Pereira
RENI PEREIRA
Deputado



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa

JUSTIFICATIVA

Por um princípio de isonomia a Assembleia Legislativa, assim como o Poder Judiciário, têm adotado a mesma data base utilizada pelo Poder Executivo, para a revisão geral anual das remunerações, proventos e pensões de seus servidores.

No último dia 11 de maio, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, encaminhou à esta Casa de Lei, a Mensagem nº 19/2011, por meio da qual propôs que a revisão anual do servidores, nos termos previstos no art. 27, inc. X, da Constituição Estadual, se dê mediante a adoção do percentual de 6,5% (seis virgula cinco por cento).

Assim, em face do princípio isonômico que deve pautar os critérios de revisão geral de remunerações é que se propõe o presente Projeto de Resolução, por meio do qual esta Casa Legislativa estará autorizando que a Comissão Executiva possa oferecer tratamento simétrico aos servidores da Assembléia Legislativa, evitando, com isso, um descolamento em face da revisão anual oferecida pelo Poder Executivo.

Assim sendo, solicitamos o apoio ao presente Projeto de Resolução aos Nobres Pares com assento nesta Colenda Casa de Leis.

Pravati